CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Ministro Rui Costa levou o recado de Lula à equipe econômica

Governo estuda como fazer um antipacote contra o calote do Agro

É isso mesmo. O presidente Lula está cobrando da equipe econômica que seja preparado um recado duro do governo aos produtores agrícolas que não estão pagando suas dívidas junto ao Banco do Brasil.

Essa turma é chamada dentro do governo de "caloteiros": têm como pagar, mas dão o calote porque esperam um novo pacote de renegociação de dívidas.

Lula quer que o recado tenha a força de um pacote, muito embora saiba que a fórmula para esse antipacote será difícil de encontrar.

Ele também sabe que, além de interesses políticos, o calote ganha força por causa dos sucessivos pacotes que os governos - inclusive os dele próprio - costumam editar com perdões e renegociações de dívidas.

Daí a expressão "antipacote", um pacote contra pacotes.

Abin acionada sobre ligações políticas

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) já está sendo acionada para levantar as ligações políticas dos caloteiros.

A Abin é o órgão da Presidência da República vinculado à Casa Civil e encarregado de investigar ações coordenadas contra o Estado brasileiro.

A suspeita no Planalto é de que os caloteiros sejam ligados a grupos bolsonaristas e que, na verdade, estejam atuando numa articulação semelhante à dos caminhoneiros logo após a eleição de Lula.

VALTER CAMPANATO/ARQUIVO AGÊNCIA BRASIL



Caminhoneiros fecharam estradas contra eleição de Lula

"Risco Moral" é como o mercado chama calotes

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, admitiu que "não contava com a persistência e a intencionalidade do risco moral". Risco moral ocorre quando um devedor, mesmo tendo condições de pagar, não fazê-lo por crer que em uma renegociação mais vantajosa ou benefício no futuro.

O vice-presidente de agronegócios e agricultura familiar do BB, Gilson Alceu Bittencourt, avalia que "muitos produtores" não optaram pela renegociação agora porque esperam uma solução do Congresso com condições mais vantajosas.

Lucro do banco despencou 66,5%

Os caloteiros do agronegócio são clientes de médio ou grande porte do BB. Nada têm a ver com famílias de pequenos lavradores. Estão concentrados em algumas regiões do país e em algumas culturas em que a inadimplência passa dos 50%. Com isso, O lucro líquido ajustado do banco despencou 66,5% no 3º trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025, fechando em R$ 1,27 bilhão.

Mea culpa, mea culpa

Lula criou o de Desenrola no seu terceiro mandato para aliviar os endividados. Era necessário e, segundo o governo, deu certo. Mas a área econômica e o próprio presidente admitem que se criou uma expectativa de seguidos programas de renegociação. Teve Desenrola 2.0, que confirmou essa expectativa. E agora a turma acostumou.

Vício de renegociação

Foram três os Desenrola do governo, mas com a vantagem de serem voltados para pessoas físicas com limitação de renda e dívidas já dadas como impagáveis. Para a área rural, além do Desenrola Rural, teve o pacote de R$ 12 bilhões de setembro de 2025, e a repactuação de dezenas de bilhões de reais em 2026 por conta de quebras de safra.

Estados viciados

Os estados também se acostumaram. Agora teve o Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), para renegociar de dívidas de estados com a União que somam centenas de bilhões de reais. Destaque para Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Prevêm-se descontos e prazos de pagamento de até 30 anos.

Todos os governos

O governo de Jair Bolsonaro também renegociou a dívida dos estados. E os anterios - quase todos desde a redemocratização - também. E teve uma Medida Provisória do Contribuinte Legal, destinada a pessoas físicas e empresas com créditos classificados como de difícil recuperação (faixas C e D). Ofereceu descontos de até 70% sobre o valor total.

Tereza Cristina renegocia

A senadora senadora Tereza Cristina (PP-MS), candidata a presidente do Senado pela oposição, atuou como relatora da recém-aprovada MP da renegociação de dívidas de produtores rurais prejudicados por perdas de safra e dificuldades financeiras. Deu prazo de pagamento que pode chegar a dez anos com juros anuais entre 5% e 12%.

Líder petista renegociou

Antes do Senado a MP das dívidas dos produtores rurais foi aprovada na Câmara. Lá, o relator foi o líder do governo, Paulo Pimenta (PT-RS). A MP autoriza o uso de R$ 12 bilhões do superávit financeiro de 2024 para o crédito rural destinado a produtores prejudicados por perdas com condições climáticas adversas de 2020 a 2024.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Senado vota destaques de pacote de ajustes fiscais nesta terça (17)

Semana tem foco em pacote de ajuste fiscal e reforma tributária

Governo deve publicar nesta semana decreto detalhando fim da escala 6x1

Por **Gabriela Gallo**

A semana de votações no Congresso começa com a decisão no plenário do Senado sobre os destaques ao projeto de lei complementar que estabelece o pacote de ajuste fiscal para 2027 (PLP 299/2026). O texto-base foi aprovado na semana passada. Nesta terça-feira (17) os senadores votam pontos destacados, como a retirada do mecanismo que permite ao governo limitar o uso de créditos tributários obtidos pelas empresas para abater impostos devidos.

O pacote prevê contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. Estima a melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027. Aprovado, segue para a Câmara. Na sexta-feira (13), o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), se reuniu com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, e se comprometeu a acelerar a tramitação assim que o texto chegar do Senado.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Nesta terça-feira a partir das 10h na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, discute o cálculo da alíquota de referência da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027. O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a alíquota de 11,3%. Na quarta-feira à partir das 10h, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara realiza uma audiência pública sobre o mesmo tema com o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

6X1

A expectativa é que o Ministério do Trabalho publique nesta semana o decreto regulamentando detalhes operacionais sobre o fim da escala 6x1. Segundo o ministro Luiz Marinho, a distribuição dos descansos poderá variar conforme características de cada atividade, desde que sejam respeitados o acordos coletivos e as condições da Emenda Constitucional nº 141/2026, que determina a escala 5X2.

O tema também está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator Flávio Dino determinou a manutenção do período de transição, mas permitiu ajustes, mas o ministro Luiz Fux pediu pediu para levar o assunto ao plenário físico. Até lá seguem preservados o calendário de transição aprovado pelo Poder Legislativo, com o início da escala 5X2 e a redução da jornada de trabalho.